



GRUPO I – Dia 17 de outubro de 2011

Direito Constitucional e Direito Administrativo

Questão 1 - (15 pontos)

A respeito de acumulação de cargos e empregos públicos, responda, fundamentadamente:

- De acordo com a ordem jurídica brasileira, qual a regra geral que orienta o regime?
- É possível a acumulação de três cargos ou empregos públicos?
- O que deve ser considerado na compreensão da expressão cargo técnico ou científico?
- É possível a acumulação com proventos de aposentadoria?

Questão 2 - (15 pontos)

Acerca do instituto da aposentadoria de servidor público, é correto afirmar que ainda existe na atual ordem jurídico-constitucional amparo para a concessão do benefício com integralidade absoluta e paridade dos proventos? Responda fundamentadamente.

Questão 3 - (15 pontos)

O que vem a ser “preceito fundamental” para fins de se propor uma arguição de seu descumprimento (ADPF)?

Questão 4 - (15 pontos)

Faça a distinção entre princípios e regras, levando em conta os critérios do grau de abstração, o caráter de fundamentalidade e a solução de conflitos.

Questão 5 - (40 pontos)

José Necessitado comparece à Defensoria Pública do Estado de Goiás, munido da documentação médica que atesta ser ele portador de esquizofrenia paranoide e doença maniaco-depressiva crônica, com episódios de tentativa de suicídio. Demonstrando ser hipossuficiente perante a lei, portanto, destituído de recursos financeiros para adquirir os medicamentos indicados no receituário médico, diz que compareceu à Secretaria de Estado da Saúde para tentar obtê-los e, após abrir procedimento formal, recebeu negativa do órgão, sob a alegação do alto custo da droga, de sua indisponibilidade em estoque, na referida Secretaria, bem como da falta de recursos desta para adquiri-la. Na qualidade de defensor público do estado de Goiás, elabore a medida judicial que julgar pertinente para possibilitar a obtenção do medicamento.



GRUPO II – Dia 18 de outubro de 2011

Direito Civil e Direito Processual Civil

Questão 1 - (15 pontos)

O poder familiar consiste em um complexo de direitos e obrigações dos pais referentes aos filhos que ainda não atingiram a maioridade, não emancipados. Na esfera patrimonial, quais os deveres dos pais, em que consistem esses deveres e quais os limites legais para o exercício do poder familiar?

Questão 2 - (15 pontos)

A Lei n. 8.245/91, Lei de Locação, apresenta meios específicos para garantir o cumprimento de seus objetivos, criando para isso uma seção própria. Pergunta-se: quais os objetivos e qual a medida prevista na lei para concretizar a proteção, prevista nessa seção? Em que hipóteses ela deve ser aplicada, segundo o entendimento doutrinário?

Questão 3 - (15 pontos)

O artigo 421 do Código Civil estabelece que a liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Esse dispositivo legal comporta, segundo a doutrina, cláusulas gerais que devem ser respeitadas. Quais são e em que consistem essas cláusulas, e quais os seus consectários?

Questão 4 - (15 pontos)

O rol dos títulos executivos judiciais contempla, mesmo tacitamente, decisão interlocutória? Em caso positivo, seria necessário aguardar o trânsito em julgado? Fundamente sua resposta.



Questão 5 - (40 pontos)

Jurema Pindorama da Mata foi casada com Antônio da Mata por oito anos (18/10/1987 a 21/11/1992) e com ele teve dois filhos, atualmente com 18 anos (João) e 21 anos (Pedro), ambos estudantes universitários.

Alguns anos depois de se separar de fato de Antônio, Jurema passou a conviver com o soldado da Polícia Militar, Carlos Ávido da Fé, sem, no entanto, nunca residirem sob o mesmo teto. Permaneceram nessa situação por cerca de 5 anos, quando ele, que alegava ser solteiro e sem filhos, faleceu em serviço deixando o pai, com 72 anos, e a mãe, sexagenária.

Nesses anos de convivência, Carlos e Jurema mantiveram muito bom relacionamento, tanto que ele tratava os enteados como verdadeiros filhos em todos os sentidos, até mesmo provendo suas despesas com escola, vestuário, saúde e todas as demais necessidades, como um autêntico pai.

Depois da morte de Carlos, Jurema encontrou entre seus pertences duas declarações de próprio punho, devidamente assinadas: na primeira, Carlos reconhecia a relação entre os dois e, na segunda, falava de Susete Machado, que abandonara há mais de 15 anos no Estado do Maranhão, sem nunca haver dado qualquer notícia, e com quem teria um filho (Antônio), atualmente com 18 anos.

Abalada, Jurema tentou, sem sucesso, localizar Susete. A notícia, vaga, era de que ela se mudara para a Europa e que, possivelmente, houvesse falecido em um incêndio. Por não a ter encontrado, Jurema tomou a primeira declaração e, juntando também a certidão de nascimento de Carlos, da qual tinha uma fotocópia autenticada, e diversas fotografias dos dois juntos, requereu, administrativamente, o pagamento da pensão no valor integral, sem se referir a nenhum dos três filhos ou a Susete.

Embora não seja praxe, o órgão previdenciário estadual aceitou o requerimento, dando por provada a união estável, e incluiu Jurema na folha de pensionistas.

Passado um ano, Susete compareceu ao órgão previdenciário, alegando só ter tomado conhecimento da morte de Carlos naquele momento e que, na verdade, nunca deixara de depender dele, pois todos os meses ele lhe mandava alguma ajuda financeira, assim como ao filho. Admitiu, no entanto, que realmente se mudara sem informar endereço, deixando apenas os dados bancários para o depósito.

O órgão previdenciário com sede em Goiânia instaurou processo administrativo e, em junho de 2011, cancelou o benefício, transferindo integralmente o valor para Susete. Não concordando com o desfecho, Jurema procurou a Defensoria Pública para providências. Elabore a peça processual adequada, com todos os requisitos legais, considerando, especialmente, os interesses jurídicos envolvidos, dos filhos inclusive, se houver, a legitimidade ativa e passiva e o juízo competente.



GRUPO III – Dia 19 de outubro de 2011

Direito Penal e Direito Processual Penal

Questão 1 - (15 pontos)

Nos termos do art. 7º, § 1º, inciso I, da Lei n. 8.906/94, e art. 44, inciso VI, parte final, da Lei Complementar n. 80/94, é vedado ao defensor ter vista de processos judiciais que se encontrem sob regime de segredo de justiça. Analise a aplicabilidade das referidas normas legais em face das garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do acesso à jurisdição, previstas no art. 5º, XXXV e LV, da CF/88.

Questão 2 - (15 pontos)

Disserte sobre o instituto jurídico da delação premiada, abordando, obrigatoriamente, previsão legal, natureza jurídica, requisitos, formalização e sigilo em relação aos corréus.

Questão 3 - (15 pontos)

Disserte sobre o julgamento antecipado da lide no processo penal.

Questão 4 - (15 pontos)

Em que consistem as teorias legitimadoras (absolutas e relativas) e as teorias deslegitimadoras (abolicionismo e minimalismo radical)?

Questão 5 - (40 pontos)

Um indivíduo, conduzindo regularmente um veículo Monza, ano 1985, cor prata, quatro portas, é abordado, por volta das duas horas da madrugada, numa operação da Polícia Militar em Goiânia, denominada “Se beber não dirija”. Na abordagem, os policiais determinam que o condutor submeta-se ao “bafômetro”, tendo o resultado da avaliação constatado teor alcoólico superior ao limite previsto pela lei, e no momento dão voz de prisão ao indivíduo. Ao vistoriar o porta-malas do carro, a polícia encontra aproximadamente 900 CDs e DVDs “piratas” (contrafeitos), com músicas gravadas de vários artistas. Também foi encontrada uma pequena porção de maconha (cerca de 15 g) sob o banco do motorista. O indivíduo é algemado, mesmo não resistindo nem colocando em risco a segurança dos policiais, e preso em flagrante. Comunicado formalmente da prisão, como defensor público de plantão, e constatada a hipossuficiência do indivíduo, elabore a peça processual adequada ao caso.